

PROCESSO SPI Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA O
DESASSOREAMENTO DOS RIOS TIETÊ E PINHEIROS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS

ANEXO G – PENALIDADES

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

ÍNDICE

1.	INFORMAÇÕES INICIAIS.....	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
3.	ADVERTÊNCIA	5
4.	MULTA.....	10
5.	PROCEDIMENTO	Erro! Indicador não definido.
6.	PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE	16
7.	CÁLCULO DAS PENALIDADES.....	17
8.	VALORES E TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS	19

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento e os valores apresentados neste ANEXO, observadas as disposições do CONTRATO e da legislação aplicável.
- 1.2. A ARSESP poderá, além de aplicar a penalidade à CONCESSIONÁRIA após o devido processo legal, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.
- 1.3. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva definir as condutas infratoras e as respectivas penalidades e detalhar o procedimento administrativo de aplicação das penalidades a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita nos termos definidos no EDITAL e no CONTRATO, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 1.4. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO, demais ANEXOS, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA esteja sujeita.
- 1.5. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, termos em letras maiúsculas e não definidos de outra forma terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO, de acordo com o ANEXO L - GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO a respeito da interpretação dos termos definidos.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. A aplicação das penalidades não se confunde com a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e suas consequências.
- 2.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na Tabela 2 – Infrações, Gradação e Incidência, as gradações das penalidades

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

respectivas já foram fixadas de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

- 2.2.1. As penalidades previstas neste ANEXO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.
- 2.2.2. Os valores das condutas descritas neste ANEXO estão na DATA-BASE, sendo reajustados pelo IPCA/IBGE para o mês anterior ao pagamento dos valores devidos.
- 2.3. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 2.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.
 - 2.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.
- 2.5. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:
 - 2.5.1. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;
 - 2.5.2. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- 2.6. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na Tabela 2, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a ARSESP, a seu critério, poderá conceder período adicional para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, nos termos do CONTRATO, que seja tecnicamente compatível para a realização da obrigação contratual não executada.
- 2.6.1. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória à razão de 1% (por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.
- 2.6.2. Decorrido o prazo assinalado pela ARSESP sem a correção da irregularidade apontada, a ARSESP poderá instaurar novo processo administrativo sancionatório com base nessa irregularidade.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de toda a CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARSESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.
- 2.7.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 2.7 acima.
- 2.8. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO e demais ANEXOS.

3. PROCEDIMENTO

- 3.1. A apuração das infrações, bem como a aplicação das penalidades ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO e neste ANEXO,

**PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

ressalvada a imposição de medidas acautelatórias pela ARSESP, serão precedidas da instauração de processo administrativo sancionatório, regido pela Lei Estadual nº 10.177/1998, e seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e neste ANEXO, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

- 3.2. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidade à CONCESSIONÁRIA, a ARSESP deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:
- 3.3. Aplicam-se aos procedimentos relativos à instrução dos processos administrativos sancionatórios as normas expedidas pela ARSESP sobre a matéria.
- 3.4. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA pela ARSESP, devidamente instruída, da qual deverá constar a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998 e da regulação emitida pela ARSESP.
- 3.5. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionatório, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.
- 3.6. É possível o processamento de infrações de idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará a soma do número de infrações cometidas.
 - 3.6.1. Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- 3.6.2. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARSESP e o PODER CONCEDENTE poderá aplicar penalidades separadamente.
- 3.7. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a ARSESP poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.
- 3.8. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual nº 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.
- 3.9. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, intimando-se a CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente.
- 3.9.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.
- 3.10. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARSESP, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da ARSESP, à que prolatou a decisão, observado o disposto nos artigos 40 e 47, §2º, ambos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

**PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

- 3.10.1. O prazo previsto no item 5.8 se aplica aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez, e exclusivamente nas hipóteses previstas no artigo 42, da Lei Estadual nº 10.177/1998.
- 3.11. O cumprimento das penalidades impostas pela ARSESP não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas neste CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.
- 3.12. Salvo disposição específica, os prazos serão contados em dias úteis com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- 3.12.1. Salvo nos casos expressamente previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.
- 3.12.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.
- 3.12.3. Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediatamente seguinte, se faltar exata correspondência.
- 3.12.4. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.
- 3.12.5. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto

4. ADVERTÊNCIA

- 4.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração da categoria Leve, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- 4.1.1. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;
 - 4.1.2. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
 - 4.1.3. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
 - 4.1.4. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO e a terceiros; e
 - 4.1.5. não tenha sido verificada reincidência.
- 4.2. Para fins deste ANEXO e do CONTRATO, considera-se reincidência, a prática de uma mesma infração, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, para a qual tenha havido condenação definitiva na instância administrativa.
- 4.3. Para fins de caracterização da reincidência, é desnecessário que, à época da prática da infração reincidente, tenha havido condenação referente à infração anterior.
- 4.4. A condenação em sede administrativa pela infração anterior é condição para a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior.
- 4.4.1. Se, quando da aplicação da penalidade da infração posterior, a condenação pela infração anterior não for definitiva na esfera administrativa, será considerada, a título precário, a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior.
 - 4.4.2. Caso a penalidade da infração anterior seja revogada, suspensa ou não mais subsista, por qualquer razão, a aplicação de agravante de reincidência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

deverá ser desconsiderada, independentemente da solicitação expressa da CONCESSIONÁRIA.

- 4.4.3. O procedimento para compensação decorrente da posterior exclusão da agravante, no caso de não subsistir mais a condenação pela infração anterior, iniciar-se-á de imediato assim que tal fato for constatado pela ARSESP, ou apontado pela CONCESSIONÁRIA, se o caso.

5. MULTA

- 5.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto no CONTRATO.
- 5.2. Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver comunicação de multa específica, esta será calculada usando como referência os valores previstos para infrações similares tipificadas na Tabela 2, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:
- I. a natureza e a gravidade da infração;
 - II. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
 - III. o dano dela resultante à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO prestado pela CONCESSIONÁRIA ou a terceiros;
 - IV. as vantagens eventualmente auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

**PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

- V. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
 - VI. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;
 - VII. antecedentes da CONCESSIONÁRIA.
- 5.3. O valor base da multa, definido na Tabela 2, ou através da sistemática do item 5.2, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 5.3.1. São consideradas circunstâncias atenuantes:
- I. O comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA, perante a ARSESP, para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade: redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa, no prazo para tanto estabelecido.
 - II. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa, no prazo para tanto estabelecido.
 - III. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- IV. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas da CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa no âmbito administrativo: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

5.3.2. São consideradas circunstâncias agravantes:

- I. ter sido a infração cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- II. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- III. exposição a risco de integridade física a terceiros: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- IV. a prática da infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- V. resultarem da infração danos irreversíveis ao SERVIÇO e/ou terceiros: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- VI. caracterização de reincidência: acréscimo de 20% sobre o valor base estabelecido para a multa.

5.3.3. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa abstratamente previsto para a infração concretamente praticada.

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- 5.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:
- i. a atenuante prevista no item 5.3.1, subitem I cumulativamente com a atenuante prevista no item 5.3.1, inciso II prevalecendo a primeira;
 - ii. a atenuante prevista no item 5.3.1, subitem IV, cumulativamente com a agravante prevista no item 5.3.3, prevalecendo a agravante;
 - iii. Quaisquer das atenuantes previstas no item 5.3.1, subitens I, II ou III, cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 5.3.3, subitens I ou V, prevalecendo a(s) agravante(s).
- 5.3.5. A atenuante prevista no item 5.3.1, subitem I não se aplica às infrações, qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos. As infrações por mora são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.
- 5.3.6. A eficácia das atenuantes previstas nos subitens I e II do item 5.3.1 se submetem à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo.
- 5.3.6.1. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.
- 5.4. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

pagamento no prazo mínimo de 10 dias úteis contados da data em que notificada a respeito da prolação de decisão administrativa definitiva, se outro prazo não for definido, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo.

- 5.4.1. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARSESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura do processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177/1998.
- 5.4.2. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará a formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.
- 5.5. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, pro rata die, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação.
- 5.6. O não recolhimento de qualquer multa devida, nos termos e prazos fixados, após conclusão do regular processo administrativo, caracterizará falta grave, ensejando a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos da Cláusula 38.18 do CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias.
- 5.6.1. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual, e da adoção de medidas para sua cobrança, administrativa ou judicial.
- 5.7. No processo de cálculo do valor da multa aplicável às infrações relacionadas

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

a INVESTIMENTOS, nos termos da Tabela 2, poderão ser considerados adimplementos parciais, desde que a parte da infraestrutura efetivamente disponibilizada se encontre apta à operação, tanto funcional quanto tecnicamente.

- 5.7.1. Na hipótese de ocorrência da situação prevista neste item, os valores indicados na tabela serão reduzidos de forma proporcional ao efetivo ganho operacional propiciado pela parte da infraestrutura entregue em comparação com o contratualmente exigido.
- 5.8. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da ARSESP, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.
- 5.8.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à ARSESP a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.
- 5.8.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:
- I. independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;
 - II. se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

**PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

6. PENAS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

6.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1989, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- III. o dano resultante ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO prestado, ou a terceiros;
- IV. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- V. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- VI. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- VII. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

6.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.

- 6.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (anos) da aplicação da sanção

- 6.4. As penalidades de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA serão aplicadas tanto à CONCESSIONÁRIA como ao seu(s) acionista(s) controlador(es) que exercia(m) o CONTROLE da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição.

7. CÁLCULO DAS PENALIDADES

- 7.1. Os valores das PENALIDADES serão calculados nos termos da Tabela 1, cujo valor base corresponde ao valor de 1 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, que deverá ser atualizado segundo sistemática prevista no CONTRATO.

Tabela 1

Tabela de Gradações e Percentuais sobre valor base

GRADAÇÃO	PERCENTUAL
Leve	até 0,10%

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

Média	até 0,20%
Grave	até 0,50%
Gravíssima	até 1,00%

PROCESSO SPI Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

8. VALORES E TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS

Tabela 2 – Infrações, Gradação e Incidência

ITEM	TIPO INFRACIONAL	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA			
1	Impor, no contrato com o VERIFICADOR INDEPENDENTE, condicionamentos que exijam a prévia ciência, anuência ou aprovação da CONCESSIONÁRIA, da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE quanto ao teor ou conteúdo dos documentos a serem produzidos e/ou impor o encaminhamento prévio do relatório a qualquer das PARTES em detrimento da outra como requisitos para realização dos pagamentos devidos.	Grave	Por ocorrência
2	Descumprir os prazos previstos no ANEXO E – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE, para a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE.	Grave	Semanal
3	Não apresentar o PLANO DE SEGUROS tempestivamente.	Média	Diária
4	Não comprovar a capacidade técnico-profissional para a realização dos SERVIÇOS.	Média	Por ocorrência
GARANTIA DA EXECUÇÃO			
5	Não prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO	Gravíssima	Diária

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

6	Não renovar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO	Grave	Diária
PLANO DE SEGUROS			
7	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos de Engenharia	Grave	Diária
8	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Operacionais ou Riscos Nomeados	Grave	Diária
9	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Ambientais	Grave	Diária
10	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Riscos Acidentes de Trabalho	Grave	Diária
11	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de Responsabilidade Civil Geral	Grave	Diária
PLANOS DE OPERAÇÃO E INVESTIMENTOS e FASE PRÉ OPERACIONAL			
12	Não concluir as obrigações, entregas de planos, projetos executivos e outros previstos no ANEXO B – ESPECIFICAÇÃO MINIMAS DOS SERVIÇOS nos prazos previsto da FASE PRÉ-OPERACIONAL	Grave	Diária
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS			
13	Não adotar, implantar ou instituir os planos e projetos e aprovados no âmbito do CONTRATO e ANEXOS	Grave	Mensal

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

14	Não cumprir as metas de desassoreamento nos prazos previstos	Média	Mensal
15	Não concluir a execução dos investimentos nos prazos previstos	Média	Mensal
16	Obtenção de pontuação zero em qualquer um dos INDICADORES DE DESEMPENHO em um TRIMESTRE DE APURAÇÃO	Leve	Mensal
17	Remoção de sedimentos de um trecho e realocação desses sedimentos em outro trecho da ÁREA DA CONCESSÃO ou sua deposição nas margens, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.	Média	Mensal
18	Ocorrência de inoperância, inacessibilidade ou interrupção no envio de dados e/ou sinais pelos sistemas de monitoramento por período igual ou superior a 12 (doze) horas, bem como a verificação de qualquer equipamento de transporte (incluindo caminhões, escavadeiras e barcas) operando sem dispositivo de rastreamento ativo (GPS)	Leve	Diária
19	Remoção, corte ou desprendimento de vegetação macrófita do solo ou das margens sem a devida retirada do leito do rio.	Leve	Diária
20	Execução de intervenções em áreas de bota-espera que ocupem o leito do corpo hídrico ou extrapolem os limites fundiários estabelecidos.	Grave	Mensal
21	Ocorrência de derramamento, acúmulo ou vazamento de sedimentos nas vias públicas em decorrência das operações.	Leve	Diária

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

22	Deixar de atender as diretrizes e especificações mínimas para prestação dos serviços e investimentos previstos no CONTRATO e nos ANEXOS	Média	Diária
23	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais e de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.	Grave	Diária
24	Deixar de obter ou de manter vigentes as licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental para a implantação dos INVESTIMENTOS e para a operação dos SERVIÇOS.	Grave	Diária
25	Deixar de atender às especificações mínimas para implantação e envio de dados ao Centro de Controle Operacional (CCO)	Grave	Diária
26	Atrasos no cronograma ocasionados pela CONCESSIONÁRIA ou por riscos a ela atribuídos.	MÉDIA	Mensal
27	Não reportar por escrito à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de evento que impacte a prestação dos SERVIÇOS e/ou implique a perda de qualquer condição exigida no CONTRATO.	Gravíssima	Diária
28	Deixar de informar por escrito ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando viável, a ocorrência de evento que impacte a prestação dos SERVIÇOS, bem como qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem no local dos SERVIÇOS, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata.	Grave	Diária

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

29	Deixar de realizar o pagamento devido ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, salvo se o pagamento não tenha sido realizado com base em regra prevista no contrato firmado entre as partes	Grave	Mensal
30	Deixar de informar à ARSESP, a cada 6 (seis) meses, a lista dos contratos firmados com terceiros que envolvam a subcontratação de serviços relacionados à prestação dos SERVIÇOS e às RECEITAS ACESSÓRIAS, indicando o nome da empresa contratada, a descrição resumida de seu objeto e o valor do contrato.	Média	Por ocorrência
31	Não apresentar ou revisar, conforme solicitado, o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO tempestivamente.	Grave	Diária
ESTRUTURA JURÍDICA E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA			
32	Não adotar ou manter em vigor, até a extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, seu objeto social restrito à exploração do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO na forma de Sociedade de Propósito Específico	Gravíssima	Diária
33	Não obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, sobretudo quanto às transações com PARTES RELACIONADAS, de acordo com o CONTRATO e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações)	Grave	Diária

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

34	Não contratar a realização de auditoria independente e/ou deixar de apresentar à ARSESP, no prazo definido no CONTRATO, as demonstrações contábeis devidamente auditadas por empresa de auditoria independente nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO	Grave	Diária
35	Não subscrever o capital social nos termos do CONTRATO	Grave	Diária
36	Não integralizar o capital social nos termos do CONTRATO	Grave	Diária
37	Não manter as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e/ou econômico-financeira apresentadas na licitação, exigíveis de acordo com o momento da execução contratual e a proporcionalidade com as obrigações remanescentes da CONCESSIONÁRIA.	Grave	Mensal
38	Alterar a estrutura, alienar quotas da CONCESSIONÁRIA ou praticar qualquer conduta similar de modo que resulte alteração efetiva do seu controle acionário ou do poder de direção sem anuência prévia do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP, exceto assunção temporária pelos financiadores	Gravíssima	Por ocorrência
39	Constituir como garantia dos financiamentos contratados, os direitos emergentes da CONCESSÃO, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP ou em desacordo com a autorização concedida, quando assim exigido no CONTRATO	Gravíssima	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

40	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP, ou em desacordo com a autorização concedida	Gravíssima	Por ocorrência
41	Deixar de encaminhar à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do envio ou recebimento, cópia de quaisquer comunicações enviadas ou recebidas de FINANCIADORES a respeito de eventos materialmente relevantes aos SERVIÇOS ou aos financiamentos contratados pela CONCESSIONÁRIA	Gravíssima	Por ocorrência
42	Deixar de dar conhecimento à ARSESP das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto deste CONTRATO	Gravíssima	Por ocorrência
43	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARSESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARSESP ou praticá-los em desacordo com a autorização concedida.	Gravíssima	Por ocorrência
44	Não informar a prática de atos que devam ser objeto de comunicação à ARSESP, em até 05 (cinco) dias depois da consumação do ato, conforme estabelecido no CONTRATO e ANEXOS.	Média	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

45	Não informar à ARSESP a constituição de subsidiárias	Média	Por ocorrência
46	Proceder à redução do capital social ou adquirir suas próprias ações, durante todo o prazo da CONCESSÃO, sem a prévia e expressa autorização da ARSESP.	Gravíssima	Por ocorrência
47	Não manter garantias e direitos a terceiros sobre ações sem previa anuência da ARSESP.	Média	Mensal, por garantia
48	Deixar de apresentar à ARSESP balancetes mensais de fechamento devidamente assinado por contador, quando solicitados e dentro do prazo determinado pela ARSESP	Leve	Mensal
49	Não divulgar informações financeiras e contábeis na forma prevista na legislação em vigor	Grave	Por ocorrência
50	Não atender as recomendações efetuadas pela ARSESP, com base em auditorias de segurança, dentro do prazo preestabelecido, desde que tenham sido previamente discutidas com a CONCESSIONÁRIA e se enquadrem nos prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS.	Grave	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

51	Não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros estipulados em CONTRATO e ANEXOS	Grave	Por ocorrência
52	Não apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo relatório da Administração, Balanço Anual, Demonstração de Resultados, Quadros de Origem e Aplicação de Recursos, notas de balanço, parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, se permanente ou se instalado no respectivo exercício social e relação dos bens patrimoniais, nos termos exigidos pela ARSESP.	Gravíssima	Por ocorrência
53	Não apresentar, até 31 de agosto de cada ano, Relatório Auditado da situação contábil incluindo balanço, demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30/06, nos termos exigidos pela ARSESP.	Gravíssima	Por ocorrência
54	Não apresentar até 31 de março e 30 de setembro de cada ano informação atualizada das projeções financeiras da CONCESSÃO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo de CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras integrantes na proposta, nos termos exigidos pela ARSESP.	Gravíssima	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

55	Não entregar certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior.	Grave	Por certificado ou apólice não entregue.
56	Não entregar cartas de fiança, títulos da dívida pública, certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior.	Grave	Por carta de fiança, título da dívida pública, certificado ou apólice não entregue
57	Deixar de renovar, anualmente, a contar da data da assinatura do CONTRATO, os documentos de regularidade relativos ao INSS e ao FGTS, bem como de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, durante o prazo da CONCESSÃO, encaminhando os documentos à ARSESP.	Grave	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

58	Não informar a ARSESP, em até 5 (cinco) dias contados da ciência pela CONCESSIONÁRIA, sobre a instauração de processos administrativos ou judiciais em seu desfavor, bem como sobre a lavratura de autuações ou imposição de multas que tenham relação com a execução do CONTRATO, incluindo aquelas de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal	Média	Por ocorrência
59	Não Informar a ARSESP, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa implicá-lo em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo	Média	Por ocorrência
60	Deixar de manter ou de exigir que seus contratados mantenham a regularidade perante os Conselhos profissionais e demais entidades de fiscalização competentes	Leve	Diária
61	Deixar de elaborar ou de apresentar à ARSESP as informações ambientais listadas no CONTRATO E ANEXOS	Grave	Diária
62	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas LICENÇAS AMBIENTAIS e de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA	Grave	Por ocorrência

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

63	Deixar de obter ou de manter vigentes as LICENÇAS AMBIENTAIS exigidas pela legislação ambiental para a preparação, instalação e operação do SERVIÇO	Grave	Por ocorrência
64	Explorar RECEITAS ACESSÓRIAS em desacordo com as regras do CONTRATO	Média	Mensal
65	Realizar exploração de fontes alternativas e complementares de RECEITAS ACESSÓRIAS que possam comprometer a segurança da operação dos SERVIÇOS.	Grave	Mensal
66	Empregar elementos de divulgação contendo informações que possam induzir o público ao erro.	Leve	Por ocorrência
67	Praticar atos de desobediência ou oposição à ação da fiscalização.	Grave	Diária
68	Não pagar o valor devido à ARSESP à título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.	Grave	Mensal
69	Deixar de realizar os reinvestimentos necessários durante a CONCESSÃO nos termos e prazos estabelecidos pelo CONTRATO e seus ANEXOS.	Grave	Por ocorrência
70	Não adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS e das demais obrigações ambientais.	Grave	Mensal

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

71	Alterar a estrutura, alienar quotas da CONCESSIONÁRIA ou praticar qualquer conduta similar de modo que resulte alteração efetiva do seu controle direto acionário sem anuência prévia da ARSESP, exceto assunção temporária pelos financiadores.	Gravíssima	Por ocorrência
----	--	------------	----------------